



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

PARECER AO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO N.º 22, DE 2025

Cria a “Galeria de Secretários Municipais da Secretaria Municipal de Agronegócio, José Carlos Filho”, no âmbito do Poder Executivo do Município de Lavras, e dá outras providências.

Autoria: Chefe do Poder Executivo

Relator: Zeca do Salão (PSD).

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Executivo nº 22/2025 tem por finalidade instituir, no âmbito da Administração Pública Municipal, a “**Galeria de Secretários Municipais da Secretaria Municipal de Agronegócio, José Carlos Filho**”, espaço destinado a preservar e divulgar a memória institucional dos gestores que ocuparam o cargo de Secretário Municipal de Agronegócio.

A proposta prevê a exposição de retratos e informações sobre os titulares da pasta desde sua criação, com vistas à valorização da história administrativa, ao reconhecimento de serviços prestados e à promoção da transparência e da cidadania.

A matéria veio instruída com **parecer jurídico favorável da Procuradoria Geral da Câmara Municipal, certidão de inexistência de norma idêntica e nota técnica da Coordenadoria Legislativa**, que atestam a regularidade formal e regimental do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do **art. 69-A do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras**, compete à Comissão de Educação, Cultura e Direitos Humanos manifestar-se sobre matérias relativas à **educação, cultura, patrimônio histórico, direitos fundamentais e cidadania**.



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

O presente projeto insere-se nesse escopo, porquanto a **preservação da memória institucional** é componente essencial da **identidade cultural e histórica do Município**, promovendo o reconhecimento dos agentes públicos e o fortalecimento dos valores democráticos.

A proposta coaduna-se com os **fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil**, previstos no **art. 1º e art. 3º da Constituição Federal**, especialmente quanto à **valorização da dignidade da pessoa humana** (art. 1º, III) e à **promoção do bem de todos e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária** (art. 3º, I e IV).

Do ponto de vista cultural, o projeto concretiza o disposto no **art. 215 da Constituição Federal**, que assegura a todos o direito ao pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, cabendo ao Poder Público **proteger as manifestações das culturas populares e regionais**.

A preservação da memória administrativa também se enquadra na política de proteção ao **patrimônio cultural público**, conforme **art. 216, §1º, da Constituição Federal**, que inclui entre os bens de natureza cultural “as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos e demais bens portadores de referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Nesse sentido, a instituição de uma galeria voltada ao reconhecimento de gestores públicos configura **ato de valorização da cultura política e administrativa local**, promovendo **transparência, acesso à informação e controle social**, em consonância com os princípios da **publicidade e da moralidade administrativa** previstos no **art. 37 da Constituição Federal**.

Por fim, do ponto de vista pedagógico e social, a iniciativa contribui para o **fortalecimento da educação cidadã**, ao fomentar o respeito à história pública e à função social do servidor, despertando senso de continuidade administrativa e de pertencimento coletivo — valores compatíveis com as diretrizes da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** e com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU**, notadamente o **ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)**.



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

Diante disso, esta Relatoria entende que o **Projeto de Lei do Executivo nº 22/2025**:

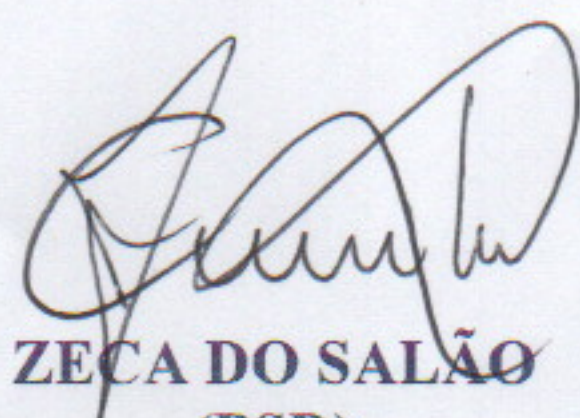
- atende aos **princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência** (art. 37 da CF);
- observa os **direitos culturais e de preservação da memória pública** (arts. 215 e 216 da CF);
- é **juridicamente adequado e formalmente legítimo**, nos termos da **Lei Orgânica Municipal** e do **Regimento Interno**;
- e apresenta **relevante valor cultural, educativo e social**, promovendo o fortalecimento da identidade institucional e da cidadania.

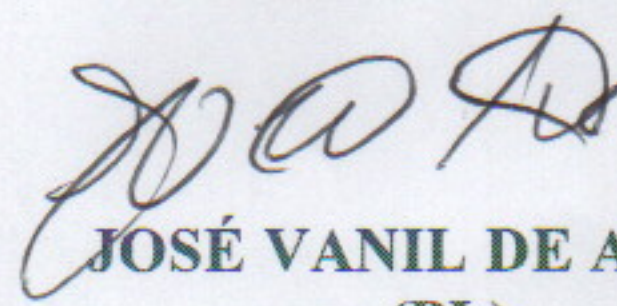
Assim, voto pela aprovação do **Projeto de Lei do Executivo nº 22/2025**, nos termos apresentados.

III – CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela conveniência e oportunidade da **aprovação** do Projeto de Lei do Executivo n.º 22/2025, devendo a matéria seguir os trâmites regimentais.

Lavras, na data de protocolo.


ZECA DO SALÃO
(PSD)
Relator


JOSÉ VANIL DE ABREU
(PL)
Membro

Documento assinado digitalmente
gov.br VANIA LUCIA DE OLIVEIRA SALES
Data: 10/11/2025 11:44:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VÂNIA LÚCIA DE OLIVEIRA SALES
(DC)
Presidente